


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0001052-26.2014.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Vilmar de Miranda Ferreira**  
 Requerido: **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

Cuida-se de ação de cobrança de seguro obrigatório de danos pessoais movida por **Vilmar de Miranda Ferreira** em face de **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.** aduzindo, em síntese, que em 11 de julho de 2013 tomou conhecimento de sua invalidez decorrente dos traumas resultantes de acidente automobilístico ocorrido em 22 de junho de 2013. Requer a condenação da requerida no pagamento da indenização devida, nos termos do artigo 3º, I e §1º, e do artigo 5º, ambos da Lei 6.194/74, bem como nas verbas de sucumbência.

Citada, a requerida apresentou resposta contrapondo as alegações da requerente (fls. 39/63).

O autor não apresentou réplica. (fls. 96 vº).

Designada audiência de conciliação, o autor não compareceu na data designada.

Determinada a especificação da provas, apenas o requerido se manifestou (fls. 116/122).

É o relatório.

DECIDO.

A ação é improcedente.

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem no caso as condições da ação, como a legitimidade das partes, a possibilidade jurídica do pedido e o interesse processual. Também não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito, estando ausentes as hipóteses dos artigos 485 e 330 do Código de Processo Civil.

O julgamento antecipado está autorizado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, sendo inócuo e despendioso produzir demais provas em audiência ou fora dela.

A parte autora não se desincumbiu do ônus que lhe impõe o artigo 373, I, do Código de Processo Civil, de provar o fato constitutivo de seu direito, pois os documentos anexados aos autos são insuficientes para demonstrar, com segurança, a presença dos requisitos enumerados na Lei 6.194/74. No mais, demonstrou desinteresse na produção de outras provas, uma vez que na decisão de fls. 113 constou expressamente que o silêncio seria interpretado com o julgamento antecipado da lide.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Posto isso, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Arcará o autor com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios de 10% do valor da causa atualizado, observando-se, contudo, o artigo 12 da Lei 1.060/50 por ser beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentação de contrarrazões e, na sequência, remetam-se os autos à Superior Instância com as homenagens do juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibate, 17 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA